

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

Salão Nobre de Melgaço

Sessão Ordinária nº 05

de 27/06/2026

Mesa da Assembleia Municipal		
Nome do Membro	Cargo	P/F
António Rui Esteves Solheiro	Presidente	P
Carla Sofia de Abreu	1º Secretário	P
Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues	2º Secretário	P

Membros Eleitos	P/F	Presidentes de Juntas de Freguesia	P/F
Manuel Fernandes Ramos dos Santos	P	Diogo Domingues Ribeiro F. Castro	P
José Alves a)	F	João Luís Rodrigues Vilarinho	P
Manuel Luís Domingues Gonçalves	P	David Manuel Barbeitos	P
Diogo Miguel Dantas Alves b)	P	Joaquim Silva	P
Maria da Luz Afonso Lima c)	P	Joselito Domingues Gonçalves	P
Maximiano José Calheiros Gonçalves	P	Estrela Meleiro Rodrigues f)	P
Mariana Marques Afonso d)	P	Silvia Elisete Domingues	F
Mariana Lourenço Domingues	P	Eduarda João Lourenço de Caldas Oliveira	P
Nuno da Costa Lourenço e)	P	Daniel Domingues Alves	P
José Custódio Domingues	P	Elisabete de Lourdes Domingues	P
José da Purificação Rodrigues Cardoso	P	Luís Miguel Pires	P
Catarina Aurora Rodrigues Mira	P	José de Jesus Domingues	P
		Maria Aurora Soares Alves	P

P-Presença F-Falta

- a) José Alves em substituição de Manuel Anselmo Afonso Mendes;
- b) Diogo Miguel Dantas Alves em substituição de Liliana Isabel Cortes da Rocha;
- c) Maria da Luz Afonso Lima em substituição de Pedro João Mendes de Sousa e Silva;
- d) Mariana Marques Afonso em substituição de Francisco José da Silva Reis Lima;
- e) Nuno da Costa Lourenço em substituição de Gonçalo João Nabeiro Monteiro;
- f) Estrela Meleiro Rodrigues em substituição Amado Manuel Rodrigues Dias.

Aos vinte e sete dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, pelas dez horas, teve início a sessão.

Após a verificação do quórum, através da conferência das presenças dos Deputados Municipais e dos Presidentes de Junta, o Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão e deu início à Ordem do Dia.

Assunto nº01	Ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Melgaço, de 24-04-2026;
---------------------	---

O Presidente da Assembleia abriu um momento de apreciação e discussão da ata da sessão número três, tendo-se inscrito o deputado Manuel Fernandes.

Usou da palavra o deputado Manuel Fernandes, começando por pedir a correção da convocatória, na qual se faz referência a uma ata de 24-06-2026, quando deveria constar a data de 24-04-2026. Seguidamente, referiu-se ao assunto número cinco, respeitante ao Contrato-Programa no Domínio da Saúde, celebrado entre o Município de Melgaço e a empresa Cura Aquae – Termas de Melgaço, E.M. Relativamente a esse ponto e no que concerne ao projeto Termas do Peso, salientou que o Presidente da Assembleia fez declarações no sentido de reinterpretar o juízo em causa própria quanto à concretização do projeto. Sustentou que a interpretação apresentada foi inversa ao posicionamento da bancada da AD, afirmando que as Termas não funcionam desde a data da sua inauguração, matéria que considerou controversa e sujeita a debate, atribuindo essa responsabilidade ao Partido Socialista. Mais referiu que, ao revisitar as competências do Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, não encontrou fundamentação regimental para debater com os restantes deputados, pelo que considerou que o Presidente da Assembleia exorbitou as suas competências. Face ao exposto, propôs que a expressão "Presidente da Assembleia" constante da ata fosse substituída por "deputado Rui Solheiro".

Em resposta, o Presidente da Assembleia esclareceu que a apreciação incidia expressamente sobre a ata de 24-04-2026, pelo que a correção da data se encontrava tacitamente assumida. Relativamente à sua intervenção, salientou que nenhum membro da Assembleia está inibido de intervir no órgão. Esclareceu que se inscreveu junto da Mesa para responder diretamente a considerações dirigidas à sua pessoa pelo deputado Manuel Fernandes a propósito das Termas do Peso, por forma a repor



a verdade histórica do processo de recuperação. Recordou ainda que a ata se destina a refletir fielmente os trabalhos da sessão e não a reabrir discussões de natureza política, concluindo não haver fundamento para proceder às alterações propostas, sem prejuízo de submeter a questão à apreciação do plenário, caso necessário.

Voltou a solicitar a palavra o deputado Manuel Fernandes para defender a necessidade de clarificar a atuação da Mesa, sublinhando que compete ao Presidente um dever de imparcialidade e isenção. Sustentou que, a querer participar no debate, o Presidente da Assembleia deveria ter descido ao púlpito, delegando a condução dos trabalhos nos restantes membros para se colocar em igualdade de circunstâncias com os demais deputados. Declarou ainda que o Presidente da Assembleia pretendeu dar continuidade a argumentos eleitorais e sustentou que os resultados de atos eleitorais anteriores deveriam dar lugar ao livre exercício de quem atualmente assume funções.

Interveio de seguida o deputado Maximiano Gonçalves, considerando descabidos os apartes de cariz político trazidos à discussão. Recordou que na sessão anterior se discutia um projeto municipal relativo ao acompanhamento da diabetes — aprovado por unanimidade —, no âmbito do qual o deputado Manuel Fernandes fez considerações sobre o historial das Termas de Melgaço dirigidas ao Presidente da Assembleia na qualidade de Presidente da Câmara. Explicou que a intervenção do Presidente serviu para repor os factos, tendo a mesma sido acompanhada de pontos de concordância e discordância registados no momento. Concluiu que a ata reflete adequadamente os trabalhos realizados e que o debate sobre resultados eleitorais extravasa o âmbito da votação do documento.

Seguidamente, usou da palavra o deputado Manuel Luís Gonçalves para intervir relativamente às alusões feitas sobre a eleição da Mesa da Assembleia Municipal. Rejeitou qualquer insinuação de irregularidade no processo eleitoral, reafirmando que a eleição da Mesa decorreu em estrito cumprimento da lei e no respeito pela maioria democrática expressa no órgão, à semelhança do que sucede nos demais municípios. Repudiou ainda qualquer ilação sobre pressões exercidas no ato eleitoral, sublinhando a legitimidade democrática dos deputados eleitos e da Mesa constituída.

Pediu novamente a palavra o deputado Manuel Fernandes para esclarecer que não se pronunciaria sobre as intervenções anteriores, manifestando incompreensão quanto às referências a coação e anunciando a abstenção da bancada da AD na votação da ata.



Interveio o Presidente da Assembleia Municipal para declarar que, na sequência da intervenção proferida pelo deputado Manuel Fernandes, se impunha uma tomada de posição da sua parte. Começou por manifestar a sua estranheza em relação à atitude do referido deputado relativamente aos resultados da eleição para a Mesa e à consequente assunção da Presidência da Assembleia Municipal, esclarecendo que não se tinha pronunciado anteriormente sobre o assunto por considerar a posição do deputado ridícula, estando ciente de que, com o decorrer do tempo, o mesmo acabaria por digerir esse percalço na sua vida política.

Sublinhou que o poder local democrático vigora em Portugal há cinquenta anos, desde 1976, e que ao longo de todo este período o enquadramento legal sobre a matéria não sofreu qualquer alteração: o primeiro eleito da lista para a Câmara Municipal assume a Presidência da Câmara; o primeiro eleito para a Assembleia de Freguesia assume a Presidência da Junta de Freguesia; por sua vez, o Presidente da Assembleia Municipal é eleito na Assembleia Municipal, entre os seus pares, sendo que o Presidente da Mesa assim eleito assume as funções de Presidente da Assembleia Municipal. Salientou que o deputado Manuel Fernandes, tendo já desempenhado o cargo de vereador, possuindo um vasto historial na política local e detendo formação jurídica, é um profundo conhecedor da legislação e do respetivo procedimento. Defendeu, por isso, que a sua contínua insistência nesta questão revela incapacidade para lidar com as regras do processo democrático, gerando-lhe inclusivamente danos em termos psicológicos. Recordou que a legislação se aplica de forma idêntica em todo o território nacional e que em Melgaço a composição do órgão deliberativo é clara, sendo constituído por vinte e oito membros: dezasseis eleitos pelo Partido Socialista e doze eleitos pela coligação Aliança Democrática. Sustentou que esta é a realidade política democrática e que com ela se deve conviver de forma pacífica e democrática, através de intervenções focadas na defesa dos interesses do Município, em vez de se pretender transformar o espaço da Assembleia numa feira de vaidades.

Relativamente à valoração do trabalho por si desenvolvido na Presidência da Câmara Municipal, recordou ter sido sufragado e eleito oito vezes pelos cidadãos melgacenses com maiorias absolutas entre as mais expressivas do país. Afirmou que o deputado Manuel Fernandes é conhecedor direto dessa realidade, lembrando que, após vinte e sete anos à frente dos destinos da autarquia, se candidatou ao seu último

mandato tendo o deputado Manuel Fernandes encabeçado a lista do PSD/AD, mandato esse em que o Presidente da Câmara foi eleito com setenta e um por cento dos votos e o resultado no órgão executivo foi de seis vereadores para o Partido Socialista e um vereador para a oposição. Ressalvou que a obra realizada ao longo dessas décadas não resultou de um trabalho estritamente pessoal, mas sim do empenho e dedicação de um vasto coletivo, tendo subsequentemente apoiado a candidatura de quem lhe sucedeu no cargo, que obteve uma maioria de 63%, sendo esse resultado, também, consequência do trabalho anteriormente desenvolvido. Esclareceu que esteve, nos últimos doze anos, numa posição de mero observador político e que reapareceu agora para, no exercício de funções distintas, continuar a dar o seu contributo em prol da sua terra.

Relembrou, a título de reconhecimento institucional, ter sido agraciado pelo Presidente da República, Doutor Aníbal Cavaco Silva, com o título de Comendador da Ordem do Mérito pelas provas dadas como autarca, numa distinção de âmbito nacional, atribuída em Elvas, nas cerimónias do dia 10 de Junho de 2013. Lembrou igualmente que, na Assembleia Municipal de Melgaço e à revelia da sua vontade expressa, viu a sua dedicação e trabalho prestado ao longo dos anos serem reconhecidos por unanimidade por todos os membros do órgão, notando ser a primeira vez que se pronunciava publicamente sobre tais distinções.

Instando o deputado Manuel Fernandes a dar tudo o que estiver ao seu alcance por esta terra — que, não sendo a de sua naturalidade, assumiu como sua.

Concluiu afirmando a sua disponibilidade para continuar a contribuir ativamente, tal como no passado, para que Melgaço tenha um futuro melhor.

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente colocou o documento a votação, tendo a ata sido **aprovada por maioria**, registando-se nove abstenções, onde cinco foram por não terem estado presentes na reunião em causa.

Assunto nº02	Período de Antes da Ordem do Dia;
---------------------	--

O Presidente da Assembleia abriu as inscrições para este ponto. Inscreveram-se os seguintes deputados: Manuel Fernandes, Catarina Mira, David Barbeitos, Maximiano Gonçalves, Manuel Luís Gonçalves e Diogo Castro.



Usou da palavra o deputado Manuel Fernandes para colocar duas questões. Começou por manifestar a congratulação da bancada da AD pelo facto de o Município de Melgaço ter alcançado a primeira posição entre os dez concelhos do Alto Minho no Índice de Transparência Municipal, ocupando o trigésimo quarto lugar a nível nacional. Explicou que este índice avalia o grau de transparência das autarquias através de setenta e seis indicadores, destacando os planos e relatórios, a relação com a sociedade e contratação pública, a transparência económica e financeira e a transparência na área do urbanismo. Ressaltou, contudo, que tal reconhecimento não significa que as contas estejam boas, apontando como exemplos as Termas do Peso e o Centro de Estágios. Expressou o desejo de que as respostas à saúde dos melgacenses sejam melhores, que as contas do município irradiem saúde e sustentabilidade e que os jovens possam concretizar o seu projeto pessoal, familiar e profissional na sua terra natal, manifestando a convicção de que o atual Executivo está a trabalhar para alcançar esses objetivos. Em segundo lugar, recordou uma situação do foro pessoal e familiar relativa a um requerimento apresentado aos serviços municipais para uma ligação à rede de abastecimento de água, salientando a celeridade com que o processo foi tratado, visto que os serviços se deslocaram ao local no espaço de dois dias para determinar a localização do contador e ramal. Agradeceu a eficiência demonstrada, congratulando os serviços e sublinhando que é esse o tipo de resposta rápida que os melgacenses exigem.

Seguidamente, usou da palavra a deputada Catarina Mira que, em nome da bancada do Partido Socialista, iniciou a sua intervenção enaltecendo a realização da primeira edição do projeto "Acordar a Terra – Laboratório Comunitário de Saberes e Sabores de Melgaço". Caracterizou a iniciativa não apenas como um evento cultural, mas como uma ação educativa e de afirmação da identidade local, na qual o concelho reencontrou as suas raízes, ruralidade, música, gastronomia e tradições. Destacou que o sucesso do projeto resultou da mobilização comunitária, enaltecendo o papel das treze Juntas e União de Freguesia, das associações, dos dinamizadores locais, empresas e participantes. Apresentou um voto de profundo louvor e reconhecimento a todos os envolvidos, deixando uma palavra de apreço aos artistas Augusto Canário e Zezé Fernandes. Defendeu que cabe à autarquia o dever político e estratégico de apoiar, financiar e fazer crescer esta iniciativa, por forma a valorizar o território e apoiar a sustentabilidade demográfica, cultural, social e económica do concelho.



A deputada manifestou ainda o seu reconhecimento pelo sucesso do XXXIV Festival de Folclore do Alto Minho, dirigindo um agradecimento público e institucional ao Grupo Etnográfico da Casa do Povo de Melgaço pela organização e pelo trabalho desenvolvido na preservação do património imaterial. Congratulou igualmente o município pelas Celebrações do Corpo de Deus de 2026, realizadas no dia quatro de junho, destacando a beleza dos tapetes floridos nas ruas do centro histórico e expressando o seu agradecimento às populações, Juntas de Freguesia, associações e voluntários, bem como à Banda de Tangil e ao Grupo Coral Interfreguesias pela participação na Procissão entre o Convento das Carvalhiças e a Igreja Matriz.

No âmbito desportivo, a deputada enalteceu os resultados alcançados pelos atletas do Melgaço em Patins no Campeonato Distrital, nas disciplinas de Patinagem Livre e Solo Dance, felicitando atletas, treinadores e famílias. De igual modo, saudou os sucessos do Sport Clube Melgacense, destacando a conquista do Campeonato Distrital e da Taça pela equipa feminina Sub-19 (que sagrou a primeira dobradinha e marcou a estreia do clube em campeonatos nacionais no escalão de Sub-19), o primeiro lugar invicto dos Iniciados Sub-15 no Torneio Extraordinário e a qualificação da equipa Sub-14 para a fase final da Taça da Associação de Futebol de Viana do Castelo, parabenizando todos os órgãos e agentes do clube.

De seguida, interveio o deputado David Barbeitos para dirigir diversas questões ao Presidente da Câmara, solicitando um ponto de situação sobre os passadiços de Cevide, sobre as casas de fronteira e sobre a resolução do processo relativo à queda de um muro. Por último, questionou sobre a data prevista para a construção do muro no caminho de São Gregório, com vista à posterior execução do calcetamento.

Foi dada a palavra ao deputado Maximiano Gonçalves que iniciou a sua intervenção fazendo referência à moção sobre a Saúde, apresentada na sessão anterior e aprovada por unanimidade pela Assembleia Municipal e na qual era denunciada a crise vivida no setor da saúde em Melgaço. Dado que já se passaram dois meses, sobre o envio dessa Moção à Ministra da Saúde o deputado municipal perguntou, ao Presidente da Câmara: Se houve alguma resposta formal por parte da Ministra da Saúde ou da Administração da ULSAM ao apelo do concelho? Se não houve resposta que medidas de pressão extra planeia o executivo adotar para garantir que Melgaço deixa de ser tratado como um território de segunda? O Deputado referiu-se depois à Festa do Alvarinho e do Fumeiro afirmando que, em sua opinião, existiram



algumas situações que julga merecerem reflexão, nomeadamente referindo que o primeiro dia registou uma moldura humana assinalável, ao nível das edições anteriores, contudo no sábado e domingo assistiu-se a uma quebra de público que em sua opinião se deveu, em grande parte, a um programa de animação cultural manifestamente fraco e também a uma ausência de estratégia de marketing, com falta de divulgação do evento, atempada e eficaz. Propondo à autarquia a execução de uma avaliação desta edição. Tal avaliação, além do balanço financeiro interno da Festa, com uma auscultação aos produtores presentes, deverá também contemplar um estudo do impacto real na restauração e comércio do centro da vila e uma análise quantitativa da afluência de público ao longo dos três dias.

O Deputado terminou a sua intervenção perguntando ao Presidente da Câmara Municipal se confirmava que o Contrato de Delegação de Competências, celebrado com as Juntas de Freguesia, se iria manter, em 2027, nos mesmos termos do celebrado para 2026 e, em caso afirmativo, porque razão não foi proposta, pela Câmara Municipal, uma adenda de revisão em alta das verbas atribuídas em 2026?

Seguidamente, usou da palavra o deputado Manuel Luís Gonçalves, que começou por afirmar que, desde a sua tomada de posse, o atual Executivo construiu uma narrativa que classificou de obsessiva, assente na ideia de ter herdado uma câmara municipal à beira do colapso financeiro, numa situação catastrófica de endividamento que inviabilizaria qualquer investimento. Sustentou que esta narrativa tem um propósito político claro: desresponsabilizar o atual Executivo pelo seu próprio imobilismo e legitimar cortes com motivação ideológica, enquanto faz campanha permanente contra o trabalho desenvolvido pelo Partido Socialista ao longo de décadas. Sublinhou a necessidade de apresentar os factos e os números reais em detrimento da propaganda política.

De seguida, expôs os dados oficiais da execução orçamental de 2024 — o último ano completo de gestão socialista —, tornados públicos em abril de 2025 e aprovados nesta Assembleia, referindo que: a 31 de dezembro de 2024, a dívida total do município situava-se dentro dos limites legais fixados pela Lei n.º 73/2013, representando apenas 0,75 vezes a média da receita corrente líquida dos últimos três anos, valor significativamente inferior ao limite legal de 1,5; em 2024, o município registou uma taxa de execução orçamental de 88%, a maior dos últimos anos; a receita atingiu cerca de 27,6 milhões de euros; ao longo do ano de 2024, foram



canalizados cerca de 1.425.000 euros em apoios diretos às Juntas de Freguesia e Associações, reforçando a coesão territorial e dinamizando as áreas social, desportiva e cultural; o resultado operacional rondou os 3 milhões de euros positivos; e transitou para 2025 um saldo de gerência de quase um milhão de euros.

O deputado salientou que estes dados são públicos, auditáveis e estavam disponíveis antes, durante e após a campanha eleitoral, sustentando que a coligação AD conhecia a dimensão do passivo quando se candidatou, quando fez campanha e quando venceu as eleições, pelo que não pode agora manifestar surpresa perante uma realidade que esteve sempre ao alcance de qualquer eleito ou partido. Questionou, assim, em que medida tal quadro financeiro pode ser considerado catastrófico. Reconheceu que o município tem passivo, bem como compromissos plurianuais assumidos para sustentar as grandes obras aprovadas pela Assembleia e fiscalizadas pelo Tribunal de Contas, e dívidas a fornecedores, mas defendeu que tais compromissos são a consequência natural de um município que investiu, candidatou projetos europeus e construiu infraestruturas, em vez de ficar parado.

Estabeleceu depois uma comparação com municípios geridos pelo PSD noutras regiões do país, referindo que noutros locais o endividamento é aclamado como investimento corajoso enquanto em Melgaço é apelidado de catástrofe, exemplificando com a Câmara Municipal de Lisboa, que terminou 2024 com um aumento do endividamento superior a 52 milhões de euros num único ano, sendo esse facto celebrado pelo PSD como a maior execução orçamental de sempre.

Destacou em seguida que Melgaço alcançou o 1.º lugar entre os dez concelhos do Alto Minho no Índice de Transparência Municipal, com pontuação máxima em transparência das contas, contratação pública e atribuição de apoios, ocupando o 34.º lugar a nível nacional entre 308 municípios. Argumentou que não é possível ser a autarquia mais transparente da região e, ao mesmo tempo, ter contas escondidas ou uma catástrofe oculta. Criticou ainda o facto de o Senhor Presidente da Câmara ter recorrido a esse reconhecimento de transparência para invocar rigor orçamental e melhoria contínua, valendo-se dos louros do trabalho dos executivos anteriores enquanto os acusa simultaneamente de má gestão.

Afirmou que o seu grupo parlamentar não é adverso à contenção financeira responsável, mas recusa a contenção utilizada como pretexto para o corte como opção política disfarçada de inevitabilidade económica. Deu como exemplo a



suspensão do festival MDOC, salientando que o certame — que ao longo de 11 edições projetou Melgaço no cinema internacional, atraiu quase 6.000 participantes na última edição, produziu 40 documentários sobre o concelho e representava um encargo de 140 mil euros (menos de 0,4% de um orçamento de 37 milhões) — não foi cancelado por necessidade financeira, mas sim por uma escolha política.

Sustentou que, aproximando-se o primeiro ano de mandato da AD, exigem-se propostas próprias e execução, formulando diversas questões ao Executivo:

1. No âmbito da habitação, perante o pacote aprovado pelo Governo para promoção de habitação acessível e a custos controlados, com medidas de simplificação urbanística e incentivos fiscais, questionou se a Câmara já equacionou rever o RMUE em conformidade e se mantém contactos com promotores privados ou investidores institucionais para promover habitação no concelho, considerando esta matéria crucial num território afetado pelo despovoamento;

2. Na área da saúde, reconhecendo as obras em curso no Centro de Saúde, advertiu que estas não resolvem a demora nas marcações, a carência de médicos de família nem os constrangimentos nas urgências, questionando que diligências concretas foram efetuadas pela Câmara junto da ARS Norte e do Ministério da Saúde;

3. Quanto a acessos e infraestruturas, classificou a Estrada Nacional de Valença a Melgaço como um suplício e questionou que démarches foram realizadas junto do Ministério das Infraestruturas relativamente ao projeto de continuidade da A28 a partir de Vila Nova de Cerveira até Monção, perguntando se o Senhor Presidente da Câmara já esteve reunido com o Ministro da tutela;

4. No domínio do desenvolvimento económico, referiu a Zona Empresarial de Alvaredo e o projeto das Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) de Nova Geração em Penso — para o qual o executivo anterior garantiu financiamento superior a 13 milhões de euros via PRR e FEDER —, questionando o que está a ser feito para atrair empresas e ocupar as infraestruturas, nomeadamente se foram realizadas missões empresariais, contactos com a AICEP ou candidaturas ao novo quadro comunitário.

Apelou a que se abandone o discurso catastrofista e se adote uma postura de mobilização e futuro em prol do município.

O deputado concluiu a sua intervenção apresentando a sua Declaração de Renúncia às funções de deputado municipal, esclarecendo que a comunicação tinha sido feita previamente aos órgãos internos do Partido antes das eleições autárquicas



e que se deve estritamente a motivos profissionais. Expressou o privilégio de ter servido ao longo de 13 anos e três mandatos, destacando a oportunidade de trabalhar com três Presidentes da Assembleia Municipal, nomeadamente o Engenheiro Artur Rodrigues, Fátima Teixeira e o Presidente Rui Solheiro. Endereçou agradecimentos a todos os deputados, em especial ao Grupo Municipal do Partido Socialista — recordando o desempenho das funções de líder da bancada na Assembleia Intermunicipal da CIM Alto Minho —, ao camarada Maximiano Gonçalves, aos Presidentes de Junta pela proximidade às populações, aos serviços administrativos e municipais (com especial destaque para Soraia Domingues), ao atual Presidente da Câmara e ao Presidente da Assembleia. Deixou um apelo final ao debate fluido e focado em ideias e projetos, manifestando a sua total disponibilidade e desejando votos de um excelente trabalho aos membros da Assembleia.

Interveio o Presidente da Assembleia para proferir palavras de agradecimento ao deputado Manuel Luís Gonçalves pelo seu indiscutível contributo aos trabalhos deste órgão deliberativo, endereçando-lhe os votos de maiores felicidades pessoais e profissionais.

Seguidamente, usou da palavra o deputado Diogo Castro para abordar vários assuntos respeitantes à freguesia de Alvaredo. Solicitou, em primeiro lugar, um ponto de situação sobre a Zona Empresarial de Alvaredo, visando a sua plena operacionalização. Quanto à obra do cemitério local, expôs que a mesma se encontra parada há sete meses por restrições financeiras, agradecendo o apoio do Município através da transferência faseada de noventa mil euros diretamente ao empreiteiro — dos quais dez mil euros já foram liquidados —, ressaltando que os trabalhos só recomeçarão com garantias financeiras consolidadas. De seguida, enalteceu o impacto da Festa de São João, sublinhando a sua autonomia orçamental conseguida através de iniciativas de angariação de fundos, sem recurso a subsídios municipais. Por último, louvou o trabalho da Associação de Pescadores das Pesqueiras na salvaguarda do património e desafiou o Executivo e a referida associação a integrarem a Festa do Alvarinho, promovendo as pesqueiras locais e a gastronomia da lampreia.

Voltou a pedir a palavra o deputado Maximiano Gonçalves para intervir relativamente à questão da transparência municipal. Sustentou que a transparência só se demonstra através da eficiência dos serviços e do empenho dos funcionários da



Câmara Municipal, defendendo que todos os colaboradores são os legítimos merecedores deste prémio, o qual considerou pertencer ao Município e cujo reconhecimento sempre lhes foi transmitido.

O Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas pelos deputados.

O Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção apresentando os cumprimentos a todos os presentes e informando que o vereador Manuel Rodrigues não se encontrava presente por estar a acompanhar Bruno Pereira e uma comitiva de melgacenses que se deslocaram a Beja para representar o Município de Melgaço no Festival da Canção Rural, facto que considerou motivo de orgulho para todos. Acrescentou que, após essa noite, seria aberto um período de votação, apelando ao envolvimento de todos no apoio a este jovem e, através dele, ao concelho de Melgaço.

Passando a referir-se às questões colocadas, começou por responder ao deputado Manuel Fernandes, assinalando que os resultados alcançados nos últimos meses se devem às equipas técnicas e aos colaboradores, sem os quais não seria possível evoluir. Salientou, contudo, que as equipas de técnicos, chefias e assistentes operacionais necessitam de uma liderança que as oriente com visão e estratégia, sob pena de a base não funcionar. Relativamente ao posicionamento de Melgaço no Índice de Transparência Municipal, lembrou que os dados de suporte reportam a maio de 2026, resultando do trabalho desenvolvido desde a tomada de posse do atual Executivo. Reconheceu a existência de uma retaguarda do passado, mas vincou que o aprimoramento que permitiu atingir tal resultado deve orgulhar a todos, independentemente da cor partidária. Destacou que foram avaliados os 308 municípios portugueses por uma entidade internacional que oferece garantias de isenção e imparcialidade, sendo o trabalho e os resultados obtidos públicos e notórios. Informou ainda que já se conseguiu reduzir o prazo médio de pagamentos, tendo sido necessário elaborar planos de pagamento faseado a 36 meses. Comentou que o apoio às juntas de freguesia e associações exige esforço financeiro, sublinhando a exigência da gestão autárquica. Quanto à intervenção célere dos operacionais na ligação de água solicitada pelo deputado, afirmou ser fruto de um trabalho de articulação entre o Presidente, as chefias e os colaboradores, e não obra do acaso.

Em resposta à deputada Catarina Mira, que elogiou a atividade cultural e desportiva, considerou que a deputada omitiu o papel do Município. Reconheceu a



importância do envolvimento da comunidade, das juntas de freguesia, das associações e dos grupos de cidadãos, mas sublinhou que nada se concretiza sem o suporte municipal. No que respeita ao projeto “Acordar a Terra”, afirmou que a Câmara financiou a iniciativa, invocando a existência de deliberações aprovadas que comprovam o apoio municipal em toda a linha. Admitiu, contudo, que o *timing* da realização do evento não foi o ideal, por ter ocorrido duas semanas após outro certame exigente e no dia seguinte às festas em honra da Senhora da Orada. Sobre a Festa do Alvarinho e do Fumeiro, defendeu o sucesso do certame em termos de espaço, envolvente, mobilidade, estacionamento e conteúdos culturais, contrapondo os comentários críticos. Explicou que se optou por uma matriz popular em vez de gastar elevadas quantias em cartazes musicais, apelando a que não se desvalorize o sucesso do concelho. Quanto aos tapetes do Corpo de Deus, elogiou a comunidade pelos 24 tapetes realizados e detalhou o apoio do Município no condicionamento de trânsito, apoio financeiro, procissão e participação no pagamento da banda musical. Sobre o Festival de Folclore, realizado pela primeira vez em Melgaço, indicou um apoio financeiro municipal de quase cinco mil euros, além de apoio logístico. Referiu ainda o orçamento de 30 mil euros para as Marchas de São João, a realização da Festa dos Emigrantes e o redesenho da Festa da Cultura. Justificou a não realização de uma semana dedicada ao MDOC por opção do Executivo. Mencionou que o edifício do antigo cinema Pelicano fora doado ao Município há alguns anos com o compromisso de aí instalar o Museu do Cinema, o que nunca foi concretizado. Questionou os gastos efetuados no festival de cinema ao longo de 11 anos, sustentando que essas verbas teriam permitido reabilitar o edifício do museu, tratando-se de uma opção de gestão. No âmbito desportivo, parabenizou os atletas do Melgaço em Patins (Miguel Alves e Hugo Alves) e a equipa de futebol feminino sub-19 pela dobradinha alcançada, destacando a disponibilização das infraestruturas municipais e as receções nos Paços do Concelho. Aludiu ainda a realização do torneio de Andebol, com cerca de 1400 participantes, do torneio “Under Cup” e de uma iniciativa conjunta com a Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes e o Município de Monção na promoção dos produtos vînicos e endógenos, enaltecendo o trabalho dos viticultores e produtores locais.

Relativamente às questões do deputado David Barbeitos sobre os passadiços, lamentou os danos causados por um incêndio não previsto no orçamento, informando



que a reabilitação está orçada em cerca de 50 mil euros. Explicou que se aguarda o apuramento de eventuais responsabilidades criminais e a avaliação da cobertura do contrato de seguro. Reafirmou a atenção dada a Cevide, ao marco n.º 1 e ao trabalho conjunto com o presidente da junta na manutenção do espaço. Quanto às casas de fronteira, lembrou tratar-se de um dossier antigo e que os dois concursos anteriores lançados pelo Executivo anterior previam custos de reabilitação na ordem dos 2,5 milhões de euros, valor incomportável para o Município, pelo que solicitou aos serviços a elaboração de um novo projeto para candidatura a fundos comunitários. Sobre os muros referidos, indicou a escassez de empreiteiros disponíveis para a execução e a necessidade de verbas para o efeito.

Em resposta ao deputado Maximiano Gonçalves relativamente à área da Saúde, esclareceu que a moção aprovada na sessão anterior foi reencaminhada para as entidades competentes, ressaltando que não existem condições para manter a consulta aberta até à meia-noite no quadro atual, aguardando-se resposta do Ministério da Saúde. Sobre as obras do Centro de Saúde, informou que darão seguimento ao projeto iniciado no mandato anterior, revelando, contudo, a existência de uma dívida de cerca de 700 mil euros à empresa construtora, a qual tem exercido pressão para o respetivo pagamento, prevendo a conclusão das obras no verão para tornar a infraestrutura mais apelativa. Quanto à transferência de competências para as freguesias, confirmou a renovação dos contratos com as juntas, admitindo que os montantes possam ser insuficientes, mas vincando que atualmente não há condições para reforçar essas verbas. Em relação à variação de afluência na FAF, explicou que o pico registado na sexta-feira justificou a quebra natural nos dias seguintes, considerando o saldo global positivo e manifestando abertura para reunir com os produtores para aperfeiçoar edições futuras.

Respondendo ao deputado Manuel Luís Gonçalves sobre a situação financeira, contestou as interpretações apresentadas sobre o passivo, afirmando que a 31 de dezembro de 2025 o passivo ultrapassava os 31 milhões de euros e que existiam 7 milhões de euros em pagamentos a curto prazo a fornecedores. Salientou que a 30 de junho a Câmara de Melgaço apresentava o segundo maior prazo médio de pagamentos a nível nacional (estando atualmente em terceiro lugar) e alertou para o impacto de nova legislação que considera pagamento em atraso a partir do 31.º dia. Rejeitou a comparação entre o Município de Melgaço e o de Lisboa e refutou a ideia



de «contas escondidas», invocando os resultados do Índice de Transparência Municipal. Enumerou intervenções em curso, tais como trabalhos na saúde, habitação social, Convento de Paderne, Parque Verde em Castro Laboreiro, parques infantis, resolução de problemas de condutas junto ao regato do Rio do Porto e reabilitação da rede de abastecimento de água em Sainde, Pomares, Gave e Couso. Agradeceu as palavras que lhe dirigiu e pelo trabalho desempenhado, indo a bancada do Partido Socialista ficar mais pobre perante sua renúncia ao cargo.

Quanto à Zona Empresarial de Alvaredo, interpelado pelo deputado Diogo Castro, informou que as duas candidaturas aprovadas do executivo anterior desistiram, encontrando-se o Município em contactos com potenciais investidores, dos quais dará nota assim que existirem certezas. Relativamente ao cemitério de Alvaredo, reiterou a intenção de honrar o compromisso assumido à medida que existam condições financeiras.

O Presidente da Assembleia interveio para partilhar o teor de uma conversa pessoal com o Vice-Presidente da CCDRN para a Saúde, Dr. Jorge Mendes, que informou oralmente estar a diligenciar a constituição de uma Unidade de Saúde Familiar (USF), contando com a garantia de dois médicos e um terceiro já se mostrou disponível, tentando obter junto da Ministra um despacho que flexibilize o número exigido de profissionais.

O Presidente da Câmara agradeceu a informação, sublinhando que a criação da USF reduzirá os tempos de espera e que a pressão conjunta das instituições aumentará as possibilidades de concretização.

Pediu novamente a palavra o deputado Manuel Luís Gonçalves para esclarecer a sua experiência profissional como advogado e gestor, fundamentando as suas intervenções técnicas. Reiterou que a sua renúncia se deve exclusivamente a motivos profissionais acordados antes das eleições. Sobre a saúde, referiu a promessa eleitoral da AD referente ao seguro de saúde e considerou que nem todos os problemas se resolvem com dinheiro, mas sim com gestão. Quanto ao passivo e à dívida a fornecedores, defendeu que o aumento do passivo para contrapartida municipal em fundos comunitários gera ativos a longo prazo. Relativamente aos investimentos enumerados pelo Presidente da Câmara, classificou-os como gestão corrente ou projetos herdados do passado, questionando quais os investimentos estruturantes previstos para o futuro.



A deputada Catarina Mira interveio para esclarecer que a data do projeto «Acordar a Terra» se justificou por se integrar no calendário escolar e envolver os alunos antes do final do ano letivo. Explicou ainda que a omissão de elogios explícitos ao Município não foi intencional, por considerar que o apoio e valorização dessas iniciativas constituem a obrigação institucional da autarquia.

O Presidente da Câmara voltou a pronunciar-se, reafirmando que o Executivo assume as suas responsabilidades na programação cultural em articulação com a comunidade. Manteve a sua opinião quanto ao *timing* do evento «Acordar a Terra», entendendo que teria um melhor enquadramento na Festa da Cultura. Relativamente aos argumentos do deputado Manuel Luís Gonçalves, contrapôs que os ativos do município — como edifícios públicos, redes de água e estradas — não podem ser alienados para abater ao passivo. Por fim, salientou que o principal desafio de um executivo não é apenas conceber projetos, mas sim executá-los e assegurar o respetivo pagamento.

Assunto nº03	Informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal;
---------------------	--

O Presidente da Assembleia questionou o Presidente da Câmara se pretendia acrescentar algum elemento ao documento previamente distribuído aos deputados.

No uso da palavra, o interpelado respondeu que não iria acrescentar qualquer informação adicional, mantendo-se disponível para prestar os esclarecimentos ou responder às dúvidas que os membros do órgão tivessem por conveniente formular. Aproveitou a oportunidade para efetuar uma retificação na última página do referido documento, esclarecendo que o valor correto do saldo da dívida a fornecedores deve ser considerado no montante de 4.244.246,23 €.

De seguida, solicitou a palavra o deputado Maximiano Gonçalves para pedir um esclarecimento relativamente aos quadros apresentados sobre os projetos financiados através de fundos comunitários. Questionou se o termo «cofinanciamento» constante do primeiro quadro dizia respeito ao montante efetivamente proveniente dos fundos comunitários e sugeriu que, no quadro relativo às obras da zona rural e urbana, além da indicação do programa de financiamento,

passasse a constar também a respetiva percentagem de comparticipação, uma vez que essa informação não consta do documento.

Em resposta, o Presidente da Câmara tomou nota da sugestão apresentada pelo deputado quanto ao detalhe da percentagem de financiamento, observando que, embora essa informação seja tornada pública aquando do lançamento de cada empreitada, iria transmitir a proposta aos serviços municipais. Relativamente ao conceito de cofinanciamento, explicou que se trata do valor resultante da própria designação, dividindo-se entre a parte assegurada pelos fundos comunitários e a componente nacional ou municipal, confirmando que os valores indicados na tabela correspondem à verba proveniente dos fundos comunitários.

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia deu por encerrado o debate sobre este ponto, prosseguindo-se para o assunto seguinte constante da ordem de trabalhos.

Assunto nº04	Contratos Interadministrativos no âmbito dos Transportes Escolares com a Freguesia de S. Paio e a União de Freguesias de Chaviães e Paços;
---------------------	---

O Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para proceder à introdução do assunto, caso assim o entendesse.

No uso da palavra, o Presidente da Câmara referiu que este assunto é submetido anualmente à apreciação do órgão, esclarecendo que, nos termos da legislação aplicável, a celebração destes contratos depende do conhecimento do número efetivo de alunos, o qual só é apurado após a realização das respetivas inscrições nas instituições de ensino. Sublinhou que os transportes escolares constituem um elemento essencial para o sucesso da educação no concelho. Reconheceu que as freguesias não se encontram totalmente vocacionadas para a prestação deste serviço, recordando que um anterior executivo de uma freguesia realizava o transporte sem a devida licença, situação de elevada gravidade e risco legal que o atual Executivo não pretende viabilizar. Destacou, contudo, o esforço desenvolvido por essa junta de freguesia que, com o apoio da autarquia, permitiu resolver a referida irregularidade. Informou ainda que as freguesias envolvidas



adquiriram novas viaturas para assegurar o transporte, importando rentabilizar os investimentos realizados face aos custos associados.

Não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por **unanimidade**. Dada a urgência do assunto, foi **aprovado em minuta por unanimidade**.

Assunto nº05	Protocolo entre o Município de Melgaço e a Autoridade Tributária para cobrança coerciva de tributos;
---------------------	---

O Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Presidente da Autarquia para proceder à introdução deste ponto da ordem de trabalhos.

No uso da palavra, o Presidente da Câmara informou que a prioridade do Município passa pela infraestruturação das redes de abastecimento, visando mitigar as perdas de água, cujos custos recaem sobre o universo dos consumidores. Recordou que o valor cobrado nas faturas não cobre a totalidade dos custos de fornecimento, correspondendo a noventa por cento do encargo real, sendo os restantes dez por cento subsidiados pela autarquia. Sublinhou a necessidade de exigir o cumprimento atempado das obrigações de pagamento por parte dos munícipes, salvaguardando que, perante situações comprovadas de vulnerabilidade social, os Serviços de Ação Social disponibilizam apoios pontuais ao abrigo do regulamento municipal aplicável. Alertou para a existência de um volume significativo de faturas em atraso e pendências nos processos de cobrança, reportando casos em que, após o corte do abastecimento e posterior religação sob compromisso de regularização, o pagamento continuava por efetuar. Classificou tais condutas como injustas para com os contribuintes cumpridores, destacando o esforço em curso para otimizar o funcionamento do serviço, do qual já resultam melhorias visíveis. Explicou, por fim, que o protocolo em apreço estabelece uma parceria com a Autoridade Tributária para que esta passe a promover as execuções fiscais decorrentes dos não pagamentos, sempre que se afigure necessário instaurar o respetivo processo.

Não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por **unanimidade**. Dada a urgência do assunto, foi **aprovado em minuta por unanimidade**.

Assunto nº06	Critério de distribuição do endividamento da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho para efeitos de apuramento da dívida total relevante do Município – artigo 54.º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro;
---------------------	--

O Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para proceder à introdução deste ponto da ordem de trabalhos.

No uso da palavra, o Presidente da Autarquia informou que, tal como previamente transmitido, uma parcela do passivo — no montante aproximado de duzentos mil euros — correspondia à responsabilidade do Município na dívida assumida pela CIM Alto Minho, na qualidade de autoridade de transportes, perante os prestadores de serviço. Esclareceu que se tratava de uma transição de faturação do exercício de 2025 para 2026, liquidada em fevereiro do corrente ano, mas que, no encerramento de contas a 31 de dezembro, exigia a reflexão contabilística dessa dívida global de cerca de dois milhões de euros distribuída pelos dez municípios integrantes da CIM. Alertou para a injustiça do critério anteriormente estabelecido, que alocava dez por cento da dívida a Melgaço em partes iguais por todos os municípios, salientando que o concelho não delegou a gestão dos transportes na CIM, sendo a única autarquia nessa situação (a par de Viana do Castelo no que respeita aos transportes urbanos). Informou que, após debate no Conselho Intermunicipal, foi aprovado um novo critério que reduz a quota de reflexão contabilística de Melgaço para 6,28%, carecendo da deliberação das Assembleias Municipais para a sua ratificação, o que se traduz num benefício para o Município.

O Presidente da Assembleia interveio para questionar de que forma pode a CIM exercer ou imputar responsabilidades relativas a competências que não lhe foram formalmente delegadas pelo Município, sustentando que a CIM não é uma autarquia e questionando a participação em despesas de um serviço não prestado no concelho.

Em resposta, o Presidente da Câmara reconheceu a particularidade da situação, reiterando que o Município de Melgaço mantém a qualidade de autoridade de transporte e gere o serviço diretamente, tendo recentemente solicitado a prorrogação dessa gestão ao IMT. Contudo, explicou que, em sede de consolidação de contas e dívida total, a lei obriga a refletir a participação do Município no passivo do organismo intermunicipal de que faz parte.



O Presidente da Assembleia reiterou a sua reserva, ponderando que a CIM deveria ter expurgado a repartição pelos municípios não abrangidos na totalidade do serviço, em vez de aplicar a divisão generalizada pelos dez membros.

Seguidamente, o Presidente da Câmara solicitou a intervenção da Dra. Sandra Pires para prestação de esclarecimentos técnicos adicionais.

No uso da palavra, a Dra. Sandra Pires explicou que, ao abrigo da Lei das Finanças Locais (artigo 54.º), as demonstrações financeiras do Município devem obrigatoriamente refletir a proporção da sua participação nas entidades em que se integra, a qual se fixava em dez por cento na CIM. Clarificou que a proposta em votação visa unicamente baixar esse critério percentual de imputação no cálculo da dívida total no balanço, não implicando o pagamento de qualquer encargo financeiro direto por parte do Município.

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação, tendo a proposta sido aprovada por **unanimidade**. Dada a urgência do assunto, foi **aprovado em minuta por unanimidade**.

Assunto nº07	Documentos de Prestação de Contas Consolidadas de 2025;
---------------------	--

O Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para proceder à apresentação do ponto da ordem do dia relativo às contas consolidadas do município.

No uso da palavra, o Presidente da Câmara iniciou a sua exposição referindo que, após a discussão prévia das contas do município, se impunha analisar, numa visão integrada, a situação económica e financeira do município e das empresas locais através das demonstrações financeiras consolidadas. Esclareceu que o grupo empresarial local integra duas entidades sobre as quais o Município detém o controlo maioritário: a Melsport, com 100% de capital municipal, e a Cure Aquae, na qual o Município detém 51% do capital. Acrescentou que o Município possui ainda participações sociais na Quintas de Melgaço, S.A. (48,93%), na Valorminho (6,5%) e na Águas do Norte, S.A. (0,14%). Destaque para os indicadores globais, indicando um ativo consolidado de cerca de 119 milhões de euros e um passivo fixado em 31.256.751,23 € (trinta e um milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, setecentos e



cinquenta e um euros e vinte e três cêntimos). A nível do capital humano do grupo, informou que a 31 de dezembro de 2025 se registava um total de 336 trabalhadores — dos quais 228 no Município, 43 na Melsport e 7 na Cure Aquae —, perfazendo um custo total com pessoal de 8.059.000,00 € (oito milhões e cinquenta e nove mil euros).

Detalhando a situação da Melsport, assinalou que as receitas provenientes dos estágios sofreram uma quebra superior a 65% no ano transato, o que obrigou a um aumento dos subsídios à exploração por parte do Município na ordem dos 25%, registando-se em simultâneo um acréscimo de 40% nos gastos globais da empresa. Especificou que os custos com pessoal aumentaram 14,30% em virtude da atualização do salário mínimo nacional, culminando a empresa num resultado líquido negativo de 481 mil euros.

Quanto à sociedade Cure Aquae, informou que o resultado contabilístico líquido antes de impostos se situou em cerca de 273 euros, destacando que o parceiro privado injetou 129 mil euros na empresa para cobrir os resultados negativos do exercício anterior, efetuando um esforço significativo para colmatar o prejuízo. Manifestou a expectativa de que os investimentos projetados, a contratualização na área da saúde e a dinâmica associada ao Grande Hotel do Pezo venham a permitir uma melhoria substancial dos indicadores financeiros da empresa. Relativamente à certificação das contas, assinalou que o auditor externo emitiu reservas devido ao facto de a informação disponibilizada sobre a descrição, data e valor dos bens não ser suficientemente detalhada e fiável, ressaltando, contudo, que tal facto não invalida a propriedade nem o rigor das contas, dependendo a sua resolução de trabalhos em curso para o registo dos imóveis municipais na conservatória. Acrescentou ainda que os relatórios de auditoria relativos à Cure Aquae alertam para a obrigatoriedade legal da dissolução da sociedade, pelo facto de as vendas e serviços prestados nos últimos três anos não atingirem 50% dos gastos totais e por a empresa registar resultados líquidos negativos consecutivos no mesmo período.

O Presidente da Assembleia interveio para prestar um contributo sobre a matéria, sustentando que o resultado negativo da Melsport não se afigura razoável, uma vez que a empresa celebra contratos-programa com o Município, dispondo de um orçamento suportado por essa via para assegurar o seu funcionamento e garantir à população local tarifas mais acessíveis. Salientou que a realização de iniciativas autónomas com custos de centenas de milhares de euros por decisão da própria



empresa só deve ocorrer mediante autorização do Executivo municipal, recordando que a autonomia da Melsport tem limites legais e que a sua administração deve gerir estritamente no âmbito do orçamento e do contrato-programa aprovado. Por oposição, notou que a situação da Cure Aquae é totalmente distinta, porquanto contratualmente o Município não assume qualquer responsabilidade financeira pelas dívidas da sociedade, cabendo essa responsabilidade integralmente ao parceiro privado.

O Presidente da Câmara manifestou a sua total concordância com as considerações emitidas sobre os contratos-programa da Melsport, assegurando que o Executivo irá exigir ao Conselho de Administração uma gestão rigorosa e criteriosa dentro dos quadros financeiros acordados. Explicou que o desequilíbrio das contas da Melsport decorreu maioritariamente da realização de uma prova desportiva com um custo de 507 mil euros, promovida com a concordância do anterior executivo municipal. Quanto à Cure Aquae, corroborou que a cobertura dos prejuízos cabe ao parceiro privado, ressaltando que a preocupação do Município reside em evitar que os resultados negativos levem ao abandono do parceiro atual ou à alienação da sua participação social a entidades sem compromisso com o concelho, salvaguardando assim o nome e o prestígio de Melgaço.

Não havendo mais pedidos de intervenção sobre este ponto da ordem de trabalhos, procedeu-se à votação, tendo o ponto sido aprovado por **unanimidade**, com o registo do anúncio de apresentação de uma declaração de voto por parte da bancada parlamentar do Partido Socialista. Dada a urgência da matéria, a deliberação foi **aprovada em minuta por unanimidade**.

Assunto nº8	Período de Intervenção do Público;
-------------	------------------------------------

O Presidente da Assembleia questionou o público presente sobre se alguém pretendia intervir, tendo solicitado a palavra a cidadã Maria dos Anjos Dias.

Iniciou a sua exposição cumprimentando os presentes e pedindo a atenção para um assunto de elevada importância para a população de Melgaço e dos demais concelhos servidos pela carreira Expresso que assegura a ligação entre Melgaço, Monção, Valença, Vila Nova de Cerveira, Caminha, Viana do Castelo, Esposende e Porto. Lembrou que esta ligação opera há mais de trinta anos e desempenha um papel



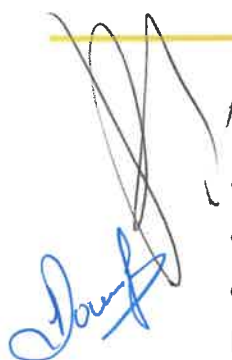
fundamental na aproximação do concelho aos principais centros urbanos, hospitais, estabelecimentos de ensino superior e locais de trabalho. Advertiu para o risco de descontinuação desta carreira, sustentando que a sua eventual extinção agravará o isolamento do município mais a norte do país.

Sublinhou que, perante a escassez local de cuidados de saúde especializados, esta linha constitui o único meio de transporte direto para unidades de referência como o Hospital de São João e o IPO no Porto, sobretudo para idosos, doentes e famílias de menores recursos. Defendeu que a mobilidade é um direito essencial e um fator de combate às desigualdades entre o litoral e o interior, apelando a que o problema seja enfrentado de forma conjunta pelos municípios abrangidos.

Por fim, solicitou à Câmara Municipal de Melgaço que assuma a liderança deste processo, promovendo o diálogo com as restantes autarquias e com as entidades competentes com vista à preservação do serviço.

Em resposta, o Presidente da Câmara usou da palavra para sublinhar que a temática dos transportes constitui uma preocupação antiga e premente nos territórios de baixa densidade. Esclareceu que as empresas privadas de transportes operam numa lógica de sustentabilidade financeira e que, embora a autarquia já subsidie diversas linhas internas, não pode aceitar exigências desproporcionadas, como sucedeu no passado com a AVIC. Lamentou o facto de a empresa em causa (Autoviação do Minho) não ter contactado institucionalmente o Município de Melgaço, ao contrário do que terá feito com outros municípios abrangidos, dos quais apenas Esposende terá respondido. Indicou que a intenção da empresa se prende com a supressão do horário das cinco horas e quinze minutos por escassez de passageiros, informando, contudo, que, desde fevereiro, se encontra operacional a linha Melgaço-Leiria e que a Rede de Expressos manifestou disponibilidade para ponderar novas ligações.

O Presidente da Câmara explicou ainda que a posição da Autoviação do Minho surge no contexto do concurso público de transportes promovido pela Comunidade Intermunicipal do Alto Minho (CIM Alto Minho), no montante superior a trinta milhões de euros para a operação de cento e vinte e cinco linhas durante cinco anos, cujo aumento do número de concorrentes interessados levou a empresa a antecipar ajustamentos na sua operação. Reafirmou o seu compromisso em defender os interesses da população junto dos centros de decisão, dando nota dos contactos já



efetuados sobre a problemática rodoviária e de acessibilidades com representantes do Governo da Galiza, com o Ministro das Infraestruturas em Viana do Castelo, com o Secretário de Estado do Ensino Superior e com a Secretária de Estado da Mobilidade no âmbito da CIM.

Interveio de seguida o Presidente da Assembleia para referir que esta matéria, por envolver múltiplos municípios, deve ser abordada a nível supramunicipal no seio da CIM Alto Minho, em eventual articulação com a CIM Cávado (que integra o Município de Esposende), no sentido de se encontrarem soluções conjuntas e eventuais apoios estatais para mitigar a redução de horários, sobretudo num período tão crítico para a deslocação das populações. Manifestou a sua convicção de que será feito um esforço concertado entre as autarquias afetadas para salvaguardar o serviço.

Em conclusão, o Presidente da Câmara reiterou que, não podendo a autarquia interferir na gestão interna de empresas privadas, cumpre-lhe agir como porta-voz das preocupações dos cidadãos e criar infraestruturas adequadas. A este respeito, informou que se encontra em elaboração o regulamento do Centro Coordenador de Transportes, visando dotar o espaço de um posto de venda de bilhetes e ampliar a capacidade de estacionamento de passageiros de modo a atrair outros operadores. Adiantou ainda que, segundo as informações recolhidas, o horário das 6h55 deverá ser mantido até ao final do período de verão, aguardando-se os desenvolvimentos do concurso da CIM.

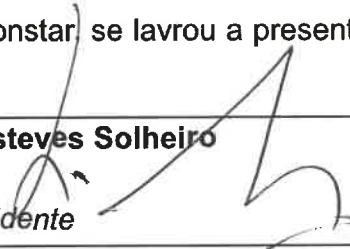
Não havendo mais inscrições para uso da palavra, o Presidente da Assembleia apresentou uma nota final referente aos acontecimentos ocorridos na Venezuela, propondo a emissão de uma nota pública de solidariedade da Assembleia Municipal para com o povo venezuelano e de um voto de pesar às famílias afetadas.

A proposta foi aprovada por **unanimidade**.

E, nada mais havendo a tratar, quando eram 13h25, foi a reunião encerrada pelo Presidente da Assembleia, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

António Rui Esteves Solheiro

Presidente



Carla Sofia de Abreu

1.ª Secretária da Mesa da Assembleia

Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues

2.ª Secretária da Mesa da Assembleia





**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

DECLARAÇÃO DE VOTO

**Assunto nº 07 da Ordem do Dia da Assembleia Municipal de 27 de junho de 2026:
“Documentos de Prestação de Contas Consolidadas de 2025”**

O Grupo Municipal do Partido Socialista vota favoravelmente o assunto em questão.

Dado tratar-se de um documento essencialmente contabilístico foram essenciais para a nossa bancada os pareceres técnicos emitidos pelos auditores em relação ao documento em geral e em relação aos documentos apresentados por cada uma das entidades (Melsport / Cura Aquae).

Segundo os referidos pareceres as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais a posição financeira do Município de Melgaço em 31 de dezembro de 2025, bem como o seu desempenho financeiro, de acordo com os princípios contabilísticos previstos na Lei.

Sem dúvida que o documento apresentado dá uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal, permitindo uma avaliação integrada das atividades desenvolvidas.

Melgaço, 28 de Junho de 2026

O Grupo do Partido Socialista